

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias

2019

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2019

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social e da Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos auditores independentes, dos Conselhos Fiscal e de Administração, dos quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob número 75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

CARTA DO PRESIDENTE

Em 2019 a Companhia Campolarguense de Energia – Cocel concretizou uma das mudanças mais significativas em sua gestão - a migração para o mercado livre de energia. O fim do contrato de compra de energia da Copel Distribuição e a compra de energia através de leilão colocou a concessionária campo-larguense no mesmo patamar de negócio das grandes distribuidoras. A mudança teve como objetivo principal a redução das tarifas para os consumidores e já trouxe resultados positivos. Em um ano que a inflação oficial chegou a 4,31% e grande parte das distribuidoras aplicou aumentos nas tarifas dos consumidores, os campo-larguenses tiveram redução nas tarifas. Desde julho de 2019 os consumidores residenciais passaram a pagar 7,02% menos na fatura de energia e para as indústrias a redução chegou a 14%. Em 2018 a Companhia já teve o menor reajuste tarifário do Paraná e em 2019 alcançou uma das maiores reduções de tarifa em todo o país.

A Companhia segue investindo em melhorias na rede de distribuição, visando reduzir ao máximo o número de interrupções e garantir fornecimento de energia com qualidade aos consumidores. Destaca-se a conclusão da obra do novo alimentador que atende a região do entorno de BR 277 – mais de seis mil consumidores beneficiados com a nova rede que conta com rede compacta no tronco principal. O almoxarifado foi totalmente revitalizado – agora conta com mais espaço e um novo prédio equipado, proporcionando mais agilidade e segurança no armazenamento e despacho de materiais.

Os bons resultados da Cocel repercutem nacionalmente. A Companhia recebeu em 2018 dois troféus inéditos da ANEEL – foi considerada a melhor concessionária de seu porte e a que mais cresceu no país, recebendo dois Prêmios IASC (Índice ANEEL de Satisfação dos Consumidores). Em 2019, dois outros reconhecimentos inéditos. A Ouvidoria da Cocel foi considerada uma das melhores do país e o projeto “Iluminando Campo Largo com Eficiência” recebeu o Prêmio Sesí ODS – que reconhece as melhores práticas das organizações para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O projeto de melhoria na iluminação pública já resultou em mais de 3 mil luminárias tradicionais substituídas por led – que são mais econômicas e iluminam melhor.

Através do Programa de Apoio a Projetos Sociais a Companhia incentivou projetos de diversas áreas, proporcionando a famílias em situação de vulnerabilidade acesso à cultura e ao esporte, entre outros. A seleção foi realizada conforme critérios técnicos, conforme determinado no edital de abertura do Chamamento Público. Dos vinte e três projetos inscritos, os nove com melhor avaliação e que atenderam integralmente as exigências previstas no edital foram contemplados. Além de buscar sempre estar entre as melhores distribuidoras de energia do país, a



Cocel busca contribuir com o desenvolvimento de Campo Largo e com a construção de uma cidade melhor para todos os seus moradores.

Cordialmente,

José Arlindo Lemos Chemin

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão: Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

Visão: Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade.

Política da Qualidade: Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações. (ISO 9.001/ 10.002)

Organização e Gestão: A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social. É regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 2015, a Cocel renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016. O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 50 milhões, representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal. A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2019	2018
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

AUDITORIA EXTERNA

A COCEL tem como contratada a empresa Taticca Auditores Independentes S/S - EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão: A concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 132.002 habitantes (conforme estimativa do IBGE 2019) e área de 1.244 km².

Atendimento aos consumidores: Diversas melhorias foram implantadas durante o ano de 2019 com o objetivo de oferecer atendimento com maior qualidade e agilidade, incluindo atualização cadastral e recadastro dos consumidores com tarifa rural. Em abril houve a contratação de empresa terceirizada para aumento da equipe que realiza tele atendimento nos seguintes horários: das 07h30 às 13h30, das 10h às 16h e das 13h às 19h. Os processos foram padronizados e o treinamento da equipe é contínuo - proporcionando mais agilidade no atendimento, minimizando o risco de erros e garantindo isonomia no tratamento a todos os clientes. A Companhia passou a realizar atendimento via Whatsapp (como ferramenta de apoio) para o recebimento de comprovantes de pagamento. A Agência Virtual e o aplicativo Cocel Mobile ganharam destaque em 2019, 26% de todos os atendimentos foram registrados por estes canais.



Em 2019 foram registrados 290.094 protocolos de atendimento - acréscimo de 5% no total de atendimentos realizados em relação ao ano anterior. Cabe destacar que o registro de atendimentos emergências reduziu 6%. No período foram 56.985 ligações recebidas pelo telefone 0800-7262121 (atendimento comercial). Vale ressaltar que em 21/10/2019 foi publicada no Diário Oficial a lei 3132/2019 (qual alterou e revogou a lei 2900/2017 – Ligações Novas), com isso, em 71 dias a Cocal realizou 617 ligações novas, sendo que o total do ano foi de 1295 ligações.

A Cocal disponibiliza seis canais de atendimento a seus consumidores:

- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;
- Teleatendimento: ligação gratuita para 0800-7262121 (com atendimento personalizado de segunda-feira a sábado das 7h30 às 24h e atendimento emergencial 24h todos os dias através de central automatizada);
- Agência Virtual: disponível no site www.cocel.com.br;
- Aplicativo COCEL MOBILE: gratuito e disponível para sistemas operacionais Android e iOS;
- E-mail: link para o e-mail atendimento@cocel.com.br disponível no site – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia.

Agentes Arrecadadores: A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 25 agentes arrecadadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria: A Ouvidoria é um setor independente que tem o objetivo de buscar a satisfação dos consumidores, fiscalizar o cumprimento da regulamentação vigente e ainda ser um canal de comunicação entre a concessionária e a ANEEL. A Ouvidoria funciona como um pós-atendimento, trata questões que no entendimento dos consumidores não foram resolvidas satisfatoriamente no atendimento inicial, dando oportunidade aos consumidores de receberem uma segunda análise, contribuindo com a melhoria dos processos.

Em 2019 a Ouvidoria da Cocal foi considerada pela agência reguladora como uma das melhores do país. No mês de maio a Companhia recebeu o “Prêmio ANEEL de Ouvidoria”, sendo reconhecida como uma das três melhores Ouvidorias das concessionárias de mesmo porte no país. A ANEEL analisou o funcionamento das ouvidorias de concessionárias de todo o Brasil e instituiu a premiação como forma de estimular as melhores práticas e incentivar a melhoria no tratamento das reclamações dos consumidores.

A Ouvidoria também é parte integrante do Sistema de Gestão da Qualidade – tem seus processos padronizados e auditados conforme Sistema ISO 9001:2015 e suas atividades são regulamentadas pela Resolução ANEEL 470/2011.

Em 2019 a Ouvidoria da Cocal passou a utilizar sistema totalmente informatizado para registro e tratamento das manifestações dos consumidores. Durante o ano foram recebidas 39 reclamações através dos canais de atendimento disponibilizados, sendo que 69% delas foram consideradas improcedentes.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Número de Consumidores: O ano de 2019 encerrou com o total de 51.487 unidades consumidoras - foram realizadas 1.086 novas ligações. Ocorreram reclassificações de unidades da classe de consumo “rural” para classe “residencial” – o que influenciou a participação percentual de cada classe. O número de unidades consumidoras cresceu 2,2% em relação ao ano anterior. Destaque para a classe de consumo residencial, que representa 88,8% do número total de consumidores.

Classe de consumo	2019	2018	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	45.708	44.570	2,6	88,8
Industrial	391	394	(0,8)	0,8
Comercial	3.359	3.354	0,2	6,5
Rural	1.750	1.803	(2,9)	3,4
Poder Público	210	211	(0,5)	0,4
Iluminação Pública	1	1	-	-
Serviço Público	65	65	-	0,1



Consumo Próprio	3	3	-	-
TOTAL	51.487	50.401	2,2%	100,0

Receita Bruta da Venda de Energia Elétrica – faturada (R\$ mil):

O faturamento bruto de energia elétrica apresentou um acréscimo de 0,3%, passando de R\$ 150.868.387,13 em 2018 para R\$ 151.340.401,86 em 2019.

Classe	2019	2018	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	73.385	71.712	2,3	48,5
Industrial	28.927	31.415	(7,9)	19,1
Comercial	32.351	30.065	7,6	21,4
Rural	3.798	3.703	2,6	2,5
Poder Público	2.728	2.776	(1,7)	1,8
Iluminação Pública	6.140	7.215	(14,9)	4,1
Serviço Público	4.011	3.982	0,7	2,6
TOTAL	151.340	150.868	0,3	100,0

Disponibilização do Sistema de Distribuição – TUSD – Consumidores Livres (R\$ mil):

Consumidores	2019	2018	Variação (%)
Industrial	13.056	9.844	32,6
Comercial	6.546	4.734	28,3
Cobrança ICMS Substituição Tributária	8.242	8.239	-
TOTAL	27.844	22.817	22,0

Mercado de Energia Vendida (MWh faturado):

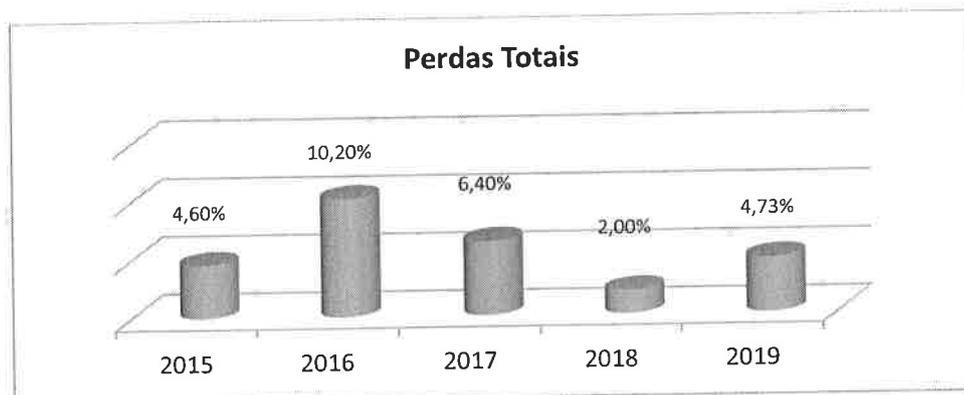
Classe	2019	2018	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	83.342	80.984	2,9	26,2
Industrial	40.515	44.517	(9,0)	12,8
Comercial	39.552	36.748	7,6	12,5
Rural	6.666	6.680	(0,2)	2,1
Poder Público	3.302	3.356	(1,6)	1,0
Iluminação Pública	12.022	13.924	(13,7)	3,8
Serviço Público	6.391	6.610	(3,3)	2,0
Consumo Próprio	123	130	(5,4)	0,0
Total Consumidores Cativos	191.913	192.949	(0,5)	-
Industrial – Livres	93.072	91.280	2,0	29,3
Comercial – Livres	32.842	32.989	(0,4)	10,3
Total Consumidores livres	125.914	124.269	1,3	-
TOTAL	317.827	317.218	0,2	100,0

O consumo total de energia faturada pela COCEL para atender os consumidores cativos em 2019 totalizou 191.913 MWh - um decréscimo de 0,54%, comparando com a energia faturada no ano de 2018, que totalizou 192.949 MWh.

A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2019 adquirida da supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL até o mês 05/2019, e a partir do mês 06/2019, através de leilão e cotas reguladas pelo agente regulador - ANEEL, apresentou um acréscimo de 3,76%, passando de 194.129 MWh em 2018 para 201.435 MWh em 2019.

A micro geração, energia gerada pelos consumidores, atingiu 177,55 MWh em 2019, contra 60,38 MWh em 2018.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e as técnicas, foram de 4,73%.



Tarifa média: A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluídos os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em dezembro de 2019, R\$ 512,46/MWh, representando um decréscimo de 0,77% em relação a dezembro de 2018.

Tarifa Média em R\$/MWh		
Classe	Dez/2019	Dez/2018
Residencial	570,41	583,42
Industrial	457,21	462,26
Comercial	533,11	540,19
Rural	454,66	409,75
Poder Público	570,41	550,33
Iluminação Pública	457,21	337,83
Serviço Público	533,11	395,92
Tarifa Média	512,46	516,45

Inadimplência: Valores a receber de consumidores incluindo outros créditos além da energia consumida.

SalDOS em 31/12/2019							
Classes	A vencer	Vencidas até 30 dias	Vencidas de 31 a 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas a mais de 360 dias	Total
Residencial	3.203	2.535	296	71	94	468	6.667
Industrial	685	791	40	20	28	228	1.792
Comercial	1.299	586	126	4	9	230	2.254
Rural	139	59	16	-	1	3	218
Poder público	200	19	-	-	-	-	219
Iluminação Pública	507	-	-	-	-	-	507
Serviço Público	306	23	-	-	-	-	329
Industrial – Cons.Livres	-	508	-	-	-	-	508
Comercial - Cons.Livres	-	133	-	-	-	-	133
Soma	6.339	4.654	478	95	132	929	12.627

REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL – 2019

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2563 de 25/06/2019.

As tarifas da base econômica da Cocal, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 2.411, de 26 de junho de 2018, ficam em média, reajustadas em - 4,56% (menos quatro, vírgula cinquenta e seis por cento), sendo - 0,71% (menos zero vírgula setenta e um por cento) em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de - 6,60% (menos seis, vírgula sessenta por cento) em média para os consumidores conectados em baixa tensão (BT).

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

Qualidade Técnica do Fornecimento: Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de sistema informatizado (Software Useall, módulo COD), que permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas e o direcionamento de investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes.

	DEC Global	FEC Global
2019	9,28	7,74
2018	10,19	7,83

INVESTIMENTOS

Ao longo de 2019 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Investimentos (em R\$ mil)	2019	2018
Obras de distribuição	4.504	3.975
Veículos	-	328
Terrenos	-	962
Edificações	-	612
Outros investimentos	276	163
Total dos Investimentos	4.780	6.040

Origens dos Recursos (em R\$ mil)	2019	2018
Recursos próprios	4.564	5.699
Clientes – Participação financeira	216	341
Total dos Recursos	4.780	6.040

Sistema de distribuição – 12/2019	Urbano	Rural	Total
Redes de Distribuição – Baixa Tensão (Km)	655	144	799
Redes de Distribuição – Média Tensão (Km)	769	951	1.720
Postes – unidades	22.751	11.399	34.150
Transformadores – unidades	2.510	2.053	4.563
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	226.763	35.871	262.634

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Tarifa Social da Energia Elétrica: A Tarifa Social da Energia Elétrica é regulamentada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, e pela Resolução Normativa ANEEL 414/2010. Proporciona descontos nas faturas de energia às famílias com baixa renda que atendam os critérios estabelecidos pela legislação e mantenham seus cadastros atualizados.

Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)	2019	2018
Número de residências atendidas	3.342	2.909
Residências atendidas pelo Programa c/relação ao total de consum. residenciais	6,48%	6,53%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	902	763
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial	0,95%	1,57%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa (R\$ mil)	902	813

Programa Luz Fraterna: Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 17.639/2013, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o NIS (Número de Identidade Social) cadastrado e consumam no máximo 120 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2019	2018
Número total de residências atendidas	1.866	1.703
Residências atendidas pelo Programa com relação ao total de consumidores	3,62%	3,38%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	533	483
Faturamento do Programa relação ao total da receita do faturamento residencial	0,67%	0,37%
Subsídio recebido do Governo Estadual dos consumidores do Programa (R\$ mil)	533	483

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Cocel segue a regulamentação da ANEEL, que também é responsável por fiscalizar os projetos de todas as concessionárias. Assim como ocorre com o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, as concessionárias são obrigadas a investir 0,5% da ROL (Receita Operacional Líquida) em PEE.

Em 2019 a COCEL finalizou o projeto de eficiência energética que resultou na maior ação de melhoria na iluminação pública já realizada no município. O projeto obteve aprovação da ANEEL (através da Nota Técnica 0186/2017-SPE/ANEEL) para a substituição das lâmpadas da iluminação pública da região central do município por modelos de led. As lâmpadas de led são até 70% mais econômicas que as tradicionais, proporcionam melhor percepção das cores e menores custos de manutenção, contribuindo também para a valorização do espaço público e com a segurança da população. O projeto realizado em Campo Largo vem se tornando referência para outros municípios que buscam ações mais eficientes e também para a iniciativa privada. Foram instaladas 756 novas luminárias, resultando na economia mensal de 62.000 kWh. Com a economia no consumo de energia a Prefeitura Municipal conseguiu realizar a ampliação do projeto, mais de 3200 mil luminárias eficientes já foram instaladas no município.

Este projeto foi campeão do Prêmio Sesi ODS 2019 - que tem o objetivo de reconhecer e divulgar práticas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável realizadas pelas organizações e também foi destaque no 1º Encontro Paranaense de Eficiência Energética, evento voltado para a divulgação de tecnologias e soluções inovadoras em eficiência energética no Estado, realizado na sede da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), contou com a presença de centenas de profissionais de diversas áreas e estudantes, buscando soluções para o melhor uso da energia elétrica.

O novo PEE da Companhia é voltado à educação, à valorização das escolas públicas municipais. Será realizada a adequação técnica e a substituição de lâmpadas tradicionais por modelos LED em 5 escolas públicas e na Vila Olímpica. As escolas receberão ainda a instalação de painéis fotovoltaicos, possibilitando que sejam autossuficientes na produção de energia. A melhoria na iluminação contribui para o ensino, valoriza a escola e a economia no consumo de energia possibilita que os valores sejam investidos na educação. O diagnóstico energético está sendo executado através do levantamento efetuado nas escolas do município, este projeto segue a regulamentação da ANEEL.

PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

O objetivo do Programa de P&D regulamentado pela ANEEL é alocar adequadamente recursos humanos e financeiros em projetos que demonstrem a originalidade, aplicabilidade, relevância e a viabilidade econômica de produtos e serviços, nos processos e usos finais de energia. Buscando promover a cultura da inovação, estimulando a pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico brasileiro, criando novos equipamentos e aprimorando a prestação de

serviços que contribuam para a segurança do fornecimento de energia elétrica, a modicidade tarifária, a diminuição do impacto ambiental do setor e da dependência tecnológica do país.

As concessionárias de energia têm a obrigação de investir parte de seu lucro no P&D. Diferentemente dos projetos de pesquisa convencionais, que se caracterizam pela liberdade de investigação, os projetos do P&D ANEEL devem ter objetivos e resultados bem definidos.

O Projeto de P&D encerrado em 2019 teve um investimento de R\$1.290.659,79. A base do projeto foi o desenvolvimento de uma plataforma de automação de alimentadores de distribuição em topologia radial baseado em sistema SCADA, monitoramento *on-line*, rede de fibra ótica e religadores telecomandados, software Gridlab-D, algoritmo de ajuste de carga, algoritmo de análise *off-line*, algoritmo redutor de rede e algoritmo inteligente de reconfiguração de alimentadores. Este projeto permitiu dotar à COCEL de uma infraestrutura com a tecnologia mais recente de automação através de uma rede de fibra ótica mono-modo para monitoramento de religadores em três alimentadores de distribuição com efeito imediato sobre os indicadores de continuidade da empresa.

Os religadores permitem que o fornecimento de energia seja automaticamente restabelecido em casos de interrupções causadas por problemas temporários (como a queda de galhos de árvores, por exemplo), sem necessidade de deslocamento de equipe até o local do problema. Além de minimizar o risco de interrupções não programadas, caso os desligamentos ocorram o período sem energia tende a ser muito menor.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária. A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins do cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2019 foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.500.000,00 e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício. Para atender ao seu Programa de Investimentos foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 2.689.084,76 como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital da concessionária.

DIMENSÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Receita Operacional Bruta: A receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada totalizou R\$ 151.635.678,26 em 2019 contra R\$ 150.111.956,19 em 2018, representando um acréscimo de 1,02%. Desde abril de 2016 ocorre a migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre. Atualmente são 14 consumidores das classes industrial e comercial que passaram a adquirir energia em leilões, cabendo à Cotel cobrar somente da disponibilização do sistema de distribuição. Em 2019 foi faturado o montante de R\$ 19.602.215,58 contra o valor de R\$ 14.578.138,97 desta cobrança de “fio” em 2018. Outro valor também de responsabilidade da Companhia, se refere ao ICMS Substituição Tributária incidente sobre a energia consumida destes consumidores livres junto aos seus fornecedores de energia. Em 2019 foi cobrado o valor de R\$ 8.241.628,69 e em 2018 o valor de R\$ 8.238.692,93, recolhidos integralmente ao Estado do Paraná.

Ativos e Passivos financeiros setoriais: Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros – trata-se das variações positivas e negativas entre estimativas de custos não gerenciáveis e pagamentos efetivados ocorridos entre os processos tarifários contemplados. As variações serão apuradas e fiscalizadas pela ANEEL para posterior compensação nos reajustes tarifários subsequentes.

Os valores registrados na conta **Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido** no valor de R\$ 7.034.523,63, referem-se a valores de descontos incidentes sobre as tarifas e contemplados nos reajustes e revisões tarifárias da ANEEL e que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a título de Subsídio de Carga de Fonte Incentivada (consumidores livres), Subsídio sobre o Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento e do Subsídio Rural de Irrigação e Eletrificação. Estes custeios são de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE conforme disposto nos termos do inciso VII, do artigo 13º da lei 10.438/2002 e Decreto nº 7891/2013. Também são registrados os valores recebidos de Subsídio Baixa Renda do Governo Federal.

Em **Outras Receitas**, temos os valores registrados de serviços prestados como serviços cobráveis nas faturas, compartilhamento de infraestrutura e de prestação de serviços de manutenção da iluminação pública do Município – totalizando R\$ 6.286.039,07 em 2019. Desde dezembro de 2014 foram transferidos para o Município todos os ativos

referentes ao sistema de iluminação pública, conforme determinado pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, artigo 218. A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

Receita Operacional Líquida: O resultado líquido após as deduções de encargos setoriais e impostos obteve um resultado de R\$ 103.068.826,23 em 2019, contra R\$ 101.096.532,00 em 2018. Um percentual de 68,0% em 2019 e de 67,3% em 2018, sobre a Receita Operacional Bruta.

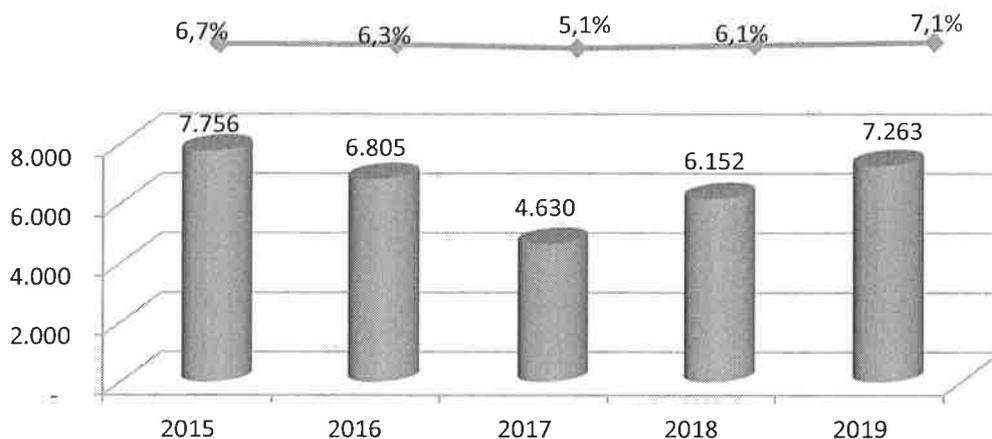
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis: Em 2019 o resultado após os custos com a aquisição de energia elétrica foi obtido o valor de R\$ 38.196.328,14 e o percentual sobre a Receita Líquida Operacional foi de 37,1%. Em 2018 foi de R\$ 37.774.780,40 e o percentual de 37,4%.

Custos Gerenciáveis: Encerrou o exercício de 2019 com o montante de R\$ 33.823.460,32 e a variação de 32,8% sobre a Receita Líquida Operacional, enquanto em 2018 encerrou com o valor de R\$ 34.341.050,40 e variação de 34,0% sobre a ROL e variação de menos 1,5% (comparando 2019 com 2018).

LAJIDA ou EBITDA: Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou R\$ 7.263,309,72 e margem de 7,05% em 2019, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2019	2018
Resultado das Atividades	4.373	3.433
Depreciação e Amortização	2.890	2.719
Lajida/Ebitda	7.263	6.152
Receita Operacional Líquida	103.068	101.096
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	7,05%	6,09%

O gráfico abaixo apresenta os valores em R\$ (mil) da margem do Ebitda/Lajida, juntamente com o percentual sobre a Receita Operacional Líquida.



Indicadores econômicos

Índice/coeficiente	Fórmula	2019	2018
Liquidez imediata	Disponível	R\$ 0,16	R\$ 0,07
	Passivo Circulante		
Liquidez corrente	Ativo Circulante	R\$ 1,36	R\$ 1,24
	Passivo Circulante		
Liquidez geral	Ativo Circ. + Realizável L.P.	R\$ 1,44	R\$ 1,28
	Passivo Circ. + Exigível L.P.		
Endividamento Total	Exigibilidades totais	R\$ 0,29	R\$ 0,34
	Ativo Total		
Retorno do Capital	Lucro Líquido	7,39%	6,14%
	Patrimônio Líquido		
Razão Operacional	Despesa Operacional	0,96	0,97



	Receita Líquida		
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente	0,59	0,57
	Ativo Total		
Desp. Pessoal/Rec. Líquida	Despesa Pessoal	16,1%	16,5%
	Receita Líquida		
Energia Comprada/ Rec. Líquida	Custo Energia	62,9%	62,6%
	Receita Líquida		
Capital de Giro	Ativo Circulante – Passivo Circulante	R\$ 8.504.249	R\$ 6.754.225
Lucro Líquido	-	R\$ 4.409.563	R\$ 3.481.990
EBITDA	Lucro Exercício + Depreciação	R\$ 7.263.310	R\$ 6.152.537

BALANÇO SOCIAL

	2019			2018		
1) Base de Cálculo	Valor (R\$ mil)			Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	103.068			101.096		
Lucro Operacional	4.410			3.482		
Folha de Pagamento Bruta	16.582			16.671		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.585	9,56%	1,54%	1.540	9,24%	1,52%
Encargos Sociais sem diretoria	3.629	21,89%	3,52%	3.839	23,00%	3,80%
Previdência privada	49	0,30%	0,05%	49	0,29%	0,05%
Saúde	844	5,09%	0,82%	829	4,97%	0,82%
Segurança e Medicina no Trabalho	309	1,86%	0,30%	138	0,83%	0,14%
Educação	45	0,27%	0,04%	21	0,13%	0,02%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	39	0,24%	0,04%	30	0,18%	0,03%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	963	5,81%	0,93%	751	4,50%	0,74%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total – Indicadores sociais internos	7.463	45,01%	7,24%	7.197	43,17%	7,12%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	78.229	-	75,90%	81.024	-	80,15%
Total – Indicadores Sociais Externos	85.692	-	83,14%	88.221	-	87,26%

	2019	2018
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	120	122
Nº de empregados terceirizados	40	45
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	53	55
2º Grau	52	52
1º Grau	15	15

Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	9	18
De 30 até 45 anos (inclusive)	60	50
Acima de 45 anos	51	54
Admissões durante o período	0	8
Demissões durante o período	2	8
N.º de mulheres que trabalham na empresa	24	24
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	33,33%	36,8%
Estagiários	3	5
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2019			2018		
Relação entre a maior e a menor remuneração	6,4%			6,2%		
Nº total de acidentes de trabalho	2			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
A previdência privada contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial à colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2019.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2019.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/ Financeiro

Carlos Conrado Krzyzanowski
Diretor Técnico

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

Balanco Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

ATIVO	2019	2018
CIRCULANTE		
Numerário disponível (Nota 5.1)	2.756	1.174
Aplicações no mercado aberto (Nota 5.2)	1.046	782
Consumidores, Concessionários e Permissionários (Nota 5.3)	16.409	17.141
Encargos de Uso da Rede Elétrica (Nota 5.3)	638	346
Serviços em curso (Nota 5.4)	98	1.788
Tributos compensáveis (Nota 5.5)	274	321
Almoxarifado operacional (Nota 5.6)	1.818	1.726
Despesas pagas antecipadamente (Nota 5.7)	87	125
Ativos regulatórios (Nota 5.8)	7.130	9.354
Outros ativos circulantes (Nota 5.9)	2.119	2.260
	32.375	35.017
NÃO CIRCULANTE		
Tributos compensáveis (Nota 5.10)	250	282
Investimentos temporários (Nota 5.11)	195	195
Depósitos judiciais	28	109
Ativo financeiro indenizável (Nota 5.12)	1.574	1.574
Outros ativos não circulantes	1	0
	2.048	2.161
Intangível em serviço (Nota 5.13)	45.903	45.310
Intangível em curso (Nota 5.13)	3.188	3.361
	49.091	48.670
TOTAL DO ATIVO	83.514	85.848

PASSIVO	2019	2018
CIRCULANTE		
Fornecedores (Nota 5.16)	6.701	8.846
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	852	1.042
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 5.18)	2.636	2.852
Tributos (Nota 5.19)	3.924	4.016
Provisão para litígios (Nota 5.20)	223	38
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2.418	1.753
Encargos setoriais (Nota 5.21)	5.107	7.629
Passivos regulatórios (Nota 5.22)	755	894
Outros passivos circulantes (Nota 5.23)	1.255	1.193
	23.871	28.263
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	0	852
	0	852
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 5.25)	50.000	50.000
Reservas de Lucros	9.643	6.733
	59.643	56.733
TOTAL DO PASSIVO	83.514	85.848

Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019	2018
Receita Operacional (Nota 5.29)		
Fornecimento de Energia Elétrica	151.635	150.112
Disponibilização do Sistema de Distribuição	27.844	22.817
Ativos e Passivos Financeiros Regulatórios	(2.940)	4.643
Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	7.034	6.341
Outras Receitas	6.286	5.753
Receita de Construção	4.721	6.223
	194.580	195.889
Deduções da Receita Operacional (Nota 5.30)		
ICMS	(55.856)	(54.477)
COFINS / PASEP	(16.578)	(15.896)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(18.626)	(18.910)
TFSEE – Taxa de Fiscalização	(108)	(107)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(922)	(891)
Bandeiras Tarifárias	578	(4.512)
	(91.512)	(94.793)
Receita Operacional Líquida	103.068	101.096
Custos Não Gerenciáveis – Parcela “A” (Nota 5.31)		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(47.403)	(48.606)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(17.469)	(14.716)
	(64.872)	(63.322)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	38.196	37.774
Custos Gerenciáveis – Parcela “B” (Nota 5.32)		
Pessoal e Administradores	(16.582)	(16.671)
Material	(2.585)	(2.832)
Serviços de Terceiros	(5.528)	(4.845)
Depreciação e Amortização	(2.890)	(2.719)
Custo com Construção	(4.721)	(6.223)
Outras Despesas Operacionais	(1.517)	(1.051)
	(33.823)	(34.341)
Resultado da Atividade	4.373	3.433
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras	(2.472)	(2.202)
Receitas Financeiras	3.528	2.930
	1.056	728
Resultado Antes dos Impostos sobre o lucro	5.429	4.161
Imposto de Renda / Contribuição Social s/Lucro	(1.556)	(1.178)
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital	3.873	2.983
Participações nos Lucros	(963)	(751)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	1.500	1.250
Lucro Líquido do Exercício	4.410	3.482
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	8,82	6,96



Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2.019	2.018
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.410	3.482
Ajuste de itens sem desembolso de caixa		
Juros sobre financiamentos	176	267
Provisão para contingências	185	35
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	40	128
Amortização e baixas do intangível	4.127	3.861
Lucro líquido ajustado	8.938	7.773
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber de clientes	400	(472)
Serviços pedidos em curso	1.690	(1.036)
Depósitos Judiciais	81	-
Ativos regulatórios	2.224	(3.151)
Ativo financeiro	-	(1.044)
Tributos a recuperar	79	57
Estoque	(92)	(534)
Despesas antecipadas	38	32
Outros	140	3.423
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(2.145)	36
Obrigações sociais e trabalhistas	(216)	455
Tributos a recolher	(92)	(1)
Encargos setoriais	(2.522)	(481)
Passivos regulatórios	(139)	(938)
Outros	62	43
Fluxo de caixa (consumido) / originado das atividades operacionais	8.446	4.162
Atividades de investimentos		
Intangível	(4.547)	(4.504)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.547)	(4.504)
Atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(1.218)	(2.580)
Dividendos distribuídos	(835)	(496)
Aumento de capital	-	-
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(2.053)	(3.076)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.846	(3.418)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	1.956	5.374
Saldo no final do exercício	3.802	1.956
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.846	(3.418)

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Descrição	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	42.000	2.904	9.597	-	54.501
Aumento do Capital Social Conforme 130ª AGE e 51ª AGO de 27/04/2018					
- Com Reservas	8.000	-	(8.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	3.482	3.482
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	174	-	(174)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	2.058	(2.058)	-
JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.250)	(1.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	50.000	3.078	3.655	-	56.733
Aumento do Capital Social Conforme 133ª AGE e 52ª AGO de 30/04/2019					
- Com Reservas	-	-	-	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	4.410	4.410
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.26)					
- Reserva Legal	-	220	-	(220)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	2.690	(2.690)	-
JSCP (R\$ 3,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50.000	3.298	6.345	-	59.643

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

*Valores expressos em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de Economia Mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, até maio de 2019 era suprida pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, após esse período tornou-se agente da CCEE e atualmente possui seu portfólio de energia composto pelas cotas compulsórias e contrato de aquisição de energia com a empresa Tradener Ltda.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica – Aneel.

A Cotel assinou em 09/12/2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998, prorrogando a vigência até 07/07/2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09/11/2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02/06/2015.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as

normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis:

4.1. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

4.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- ✓ Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- ✓ Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.3. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.6. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O valor reconhecido é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber. Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencido a mais de 90 dias, classe comercial vencido a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

4.7. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante compreende o almoxarifado de manutenção de obras e administrativo. Estão registrados pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

4.8. Ativo Indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu

na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

4.9. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

4.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.11. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

4.12. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.13 Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

a) Revisão de normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019

A seguir, estão descritos os pronunciamentos e interpretações que entraram em vigência em 1º de janeiro de 2019, porém não impactaram as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 da Companhia:

CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. As demonstrações contábeis da Companhia não sofreram impactos decorrentes dessa norma.

ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito do referido pronunciamento, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente, (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais, (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de impostos, e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia avaliou a nova interpretação e concluiu que não há incertezas significantes quando da aplicação de tratamentos fiscais que envolvam tributos sobre os lucros, e logo, a interpretação em questão não gera impactos qualitativos e quantitativos para as demonstrações contábeis.

CPC 48/IFRS 09 – Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48, equivalente a norma internacional de contabilidade IFRS 09, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

CPC 33 (R1) /IAS 19 – Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações a este pronunciamento contábil abordam a contabilização quando da alteração, redução ou liquidação de um plano durante o seu período-base. Tais mudanças foram realizadas para clarificar o que deve ser feito pela companhia quando os planos são alterados, reduzidos ou liquidados durante o período-base. Dessa forma, a Companhia deve: (i) determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento; e (ii) determinar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido. Tais mudanças não impactaram a Companhia.

Os demais pronunciamentos novos e/ou alterados já emitidos não são aplicáveis às atividades operacionais da Companhia e por conta disso a Companhia não possui a expectativa de que produza qualquer impacto sobre as demonstrações contábeis.

b) Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019

- Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis (a partir de 1º de janeiro de 2020), sendo que a Companhia não os adotou de forma antecipada:

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 14/2019 – Aprovado em 1º de novembro de 2019 e divulgado em 10 de dezembro de 2019: as alterações são em decorrência principalmente das alterações anuais do Ciclo 2018-2019, principalmente alterações realizadas ao CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual, conforme descrito a seguir:

CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatórios financeiros, dentre as diversas alterações requeridas pelo pronunciamento em questão, os seguintes aspectos foram alterados: (i) conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites; (ii) clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos; (iii) define critérios para a inclusão de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento); (iv) base de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e (v) determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas.

Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

As alterações realizadas visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações contábeis e as informações divulgadas. As alterações não resultarão em mudanças significativas nas demonstrações da Companhia.

- A Companhia analisou as demais normas e interpretações alteradas não vigentes e concluiu que as mesmas não impactarão de forma significativa suas práticas contábeis e consequentemente as Demonstrações Contábeis.

4.14 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

5. Notas Explicativas

ATIVO CIRCULANTE

5.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2019	2018
Caixa	5	4
Contas bancárias a vista	1.864	364
Numerários em trânsito	887	806
Total	2.756	1.174

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

5.2. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras, no montante de R\$ 1.046 (R\$ 782 em 2018) estão concentradas na Caixa Econômica Federal e são remuneradas com base na variação do fundo DI, atualizadas até a data do Balanço.

5.3. Consumidores, Concessionários e Permissionários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2019	2018
Fornecimento faturado	10.809	11.762
Fornecimento não faturado	5.820	5.525
Outras cobranças de consumidores	716	750
(-) Provisão p/Créditos de liquidação duvidosa – PCLD	(936)	(896)
Total	16.409	17.141

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldo vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
					2018
Consumidores	2019				
Residencial	2.763	2.370	428	5.561	5.647
Industrial	661	791	249	1.701	2.024
Comercial	1.206	634	192	2.032	2.219
Rural	130	67	4	201	306
Poder Público	189	18	-	207	221
Iluminação Pública	507	-	-	507	582
Serviço Público	301	21	-	322	365
Serviço taxado e outras	161	195	112	468	532
Renegociação/Parcelamentos	-	80	206	286	299
Não faturado	5.820	-	-	5.820	5.525
Participação Financeira	119	38	35	192	227
Governo do Paraná – Luz Fraterna	48	-	-	48	90
Sub total	11.905	4.214	1.226	17.345	18.037
(-) Crédito líq. duvidosa	-	-	(936)	(936)	(896)
Total Consumidores	11.905	4.214	290	16.409	17.141

	2019	2018
Consumidores Livres/Especiais a receber	638	346
Total	638	346

5.4. Serviços em Curso

Representados pelos custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo intangível ou para custo dos serviços prestado a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços – ODS.

	2019	2018
Serviços em redes elétricas	37	10
Programas de Eficiência Energética	61	940
Programas de Pesquisa & Desenvolvimento	-	774
Manutenção de Iluminação Pública	-	63
Outras ordens em curso	-	1
Total	98	1.788

5.5 Tributos compensáveis

	2019	2018
ICMS a compensar Curto Prazo	229	255
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	31	47
Contribuição Social s/Lucro Líquido – CSLL	9	16
Outros	5	3
Total	274	321

5.6. Almoxarifado operacional

Corresponde a materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.818, (R\$ 1.726 em 31 de dezembro de 2018), e não excedem ao valor de mercado.

5.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 87.

5.8. Ativos Regulatórios

Correspondem às variações positivas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

- **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA:** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- **Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas; e
- **Devoluções tarifárias Angra III:** Valor referente resposta ao Ofício Circular nº 17/2017-SGT/ANEEL relativo ao ajuste de faturamento decorrente da RTE Angra III.

A partir da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão assinado em 10/12/2014, a Cotel aplicou a OCPC nº 08 a partir do exercício de 2014, com registros dos valores do ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional.

	2019	2018
CVA - Custo de Aquisição de Energia (constituição e amortização)	4.139	3.955
CVA - PROINFA (constituição e amortização)	110	74
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	2.354	2.294
Transporte de Energia Rede Básica	250	289
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	151	
Neutralidade Parcela “A” (constituição e amortização)	126	2.097
Devoluções tarifária Angra III (constituição)	-	645
Total	7.130	9.354

5.9. Outros Ativos Circulantes

	2019	2018
Créditos a receber – empregados	163	234
Títulos de créditos a receber – Parcelamentos manuais:		
- Consumidores Industriais/Comerciais e Outras	791	1.054
Serviços prestados a terceiros	4	7
Reembolsos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		
- Subsidio Água, Esgoto, Saneamento e Rural	93	140
- Subsidio Carga Fonte Incentivada – CL	418	398
Subsídios Baixa Renda - Eletrobrás	149	186
Outros ativos a receber	501	241
Total	2.119	2.260

ATIVO NÃO CIRCULANTE

5.10. Tributos compensáveis

	2019	2018
ICMS a compensar	250	282
Total	250	282

5.11. Investimentos temporários

O valor de R\$ 195 refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado.

5.12. Ativos Financeiros – Indenizáveis (concessão)

Referem-se à parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

	2019	2018
Ativo financeiro	1.574	1.574
Total	1.574	1.574

5.13. Intangível

	2019		
	Intangível	Ativo financeiro	Intangível Líquido
Intangível	74	(2)	72
Terrenos	1.220	(1.220)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias.	702	-	702
Máquinas e Equipamentos	49.667	(352)	49.315
Veículos	1.755	-	1.755
Móveis e Utensílios	223	-	223
(-) Obrigações especiais Vinculadas a Concessão	(6.163)	-	(6.163)
	47.478	(1.574)	45.904
Intangível em Curso	3.188	-	3.188
	50.666	(1.574)	49.092

A agência reguladora, ANEEL, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

	2019	2018
Em Serviço		
- Participação da União, Estados e Municípios	683	118
- Participação financeira do consumidor	4.907	5.199
- Universalização Serviço Público de Energia Elétrica	2.370	2.370
- Pesquisa e Desenvolvimento	572	337
(-) Amortização Acumulada	(3.104)	(2.769)
- Em Curso	735	675
Total	6.163	5.930

5.14. Taxas de Depreciação

De acordo com a resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrada e controlada por Unidade de Cadastro - UC e passaram a ser aplicados a partir de janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

5.15. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição (inclusive comercialização) são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

5.16. Fornecedores

	2019	2018
Energia Comprada p/ Revenda	6.068	7.888
Encargos de Uso da Rede Elétrica	26	-
Materiais, Serviços e Outros	607	958
Total	6.701	8.846

5.17. Empréstimos e Financiamentos e debêntures

	2019		2018	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Eletrobrás	102	-	142	102
Caixa Econômica Federal	750	-	900	750
Total	852	-	1.042	852

Taxa de Juros de 5% ao ano, "Pro Rate Temporis" sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência. Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido. Efetuado empréstimo em 27/10/2017 no valor de R\$ 2.700 - a serem pagos em 36 parcelas. Tipo de operação: CDI - Pós.

5.18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2019	2018
Saldo de Salários a Pagar	-	-
Provisão de férias	1.466	1.839
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	183	248
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	24	8
Participações nos lucros	963	757
Total	2.636	2.852

5.19. Tributos

	2019	2018
Tributos Federais	473	769
Tributos Estaduais	3.121	2.890
Contribuições Sociais	329	356
Tributos retidos na fonte	1	1
Total	3.924	4.016

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade e estão sujeitas as alíquotas de 7,60% e 1,65%

5.20. Provisão Para litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, análise das demandas judiciais, constituíram provisões para 2019 consideradas como “prováveis”.

Descrição	2019		2018	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	185	-	-	-
Cíveis	38	-	38	-
Total	223	-	38	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui 51 processos cíveis que tramitam em juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como “possíveis” os valores somam aproximadamente R\$ 499.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco “possível” a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 105.

5.21. Encargos Setoriais

	2019	2018
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	39	35
Ministério das Minas e Energia – MME	19	17
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.243	2.270
Programa de Eficiência Energética – PEE	3.605	3.984
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	189	150
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	5
Taxa de Fiscalização	9	9
Conta ACR – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	-	623
Bandeiras tarifárias	-	532
Demais encargos setoriais	3	4
Total	5.107	7.629

5.22. Passivos regulatórios

Correspondem às variações negativas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

	2019	2018
CVA - PROINFA (constituição e amortização)	-	-
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	16	209
Neutralidade Parcela A	407	239
Encargos de Serviços do Sistema – ESS/ERR	278	-
Financeiro de reversão – RTE – DIC/FIC	54	446
Total	755	894

5.23. Outros passivos circulantes

	2019	2018
Consumidores	102	89
Taxa de Iluminação Pública	865	812
Taxa do Lixo	192	181
Outros credores	96	110
Total	1.255	1.192

PASSIVO NÃO CIRCULANTE
5.24. Empréstimos e Financiamentos

O Passivo Não circulante contém valores de Empréstimos e financiamentos constituídos com a Eletrobrás utilizados e aplicados no programa do governo federal "Luz para Todos", já mencionados seus saldos no item 5.17.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.25. Capital Social

	2019	2018
Prefeitura Municipal de Campo Largo	49.805	49.805
Demais Acionistas	195	195
Total	50.000	50.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2019	2018
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

5.26. Destinações do Lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

A destinação dos resultados apurados nos exercícios está apresentada a seguir:

	2019	2018
Resultado do exercício	4.410	3.482
(-) Reserva legal 5%	(221)	(174)
Resultado a distribuir	4.190	3.308
Destinação dos resultados		
Juros sobre capital próprio	(1.500)	(1.250)
Reserva estatutária para investimento	(2.690)	(2.058)
	(4.190)	(3.308)

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP). A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 1.500, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual. Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas. A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

5.27. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2019 a 05/04/2020	1.000
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2019 a 05/04/2020	2.000
Centro de treinamento	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2019 a 05/04/2020	200
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	04/07/2019 a 03/07/2020	V. Mercado

5.28. Instrumentos Financeiros

Até 31 de Dezembro de 2019, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira. Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

- **Disponibilidades e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.
- **Consumidores, Concessionários e Permissionários:** O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo.
- **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como: a) Risco de crédito: são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente; b) Concentração de risco de créditos: como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

5.29. RECEITA OPERACIONAL

- **Fornecimento de Energia Elétrica e outros**

Classes	Nº consumidores (valores não auditados)		Consumo em MWh (valores não auditados)		Valor – R\$ (mil)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fornecimento faturado						
Residencial	45.708	44.570	83.342	80.984	73.385	71.712
Industrial	391	394	40.515	44.517	28.927	31.415
Comercial	3.359	3.354	39.552	36.748	32.351	30.065
Rural	1.750	1.803	6.666	6.680	3.798	3.703
Poder Público	210	211	3.302	3.356	2.728	2.776
Iluminação Pública	1	1	12.022	13.924	6.140	7.215
Serviço Público	65	65	6.391	6.610	4.011	3.982
Consumo Próprio	3	3	123	130	-	-
Total Energia faturada	51.487	50.401	191.913	192.949	151.340	150.868
Não faturado	-	-	-	-	295	(756)
Disponibilização do Sistema de Distribuição – Consum. Livres (nota 1)	14	13	125.914	124.269	27.844	22.817
Receita de Construção	-	-	-	-	4.721	6.223
Doações, Contrib. Subvenções Vinculadas ao Serv. Concedido	-	-	-	-	7.034	6.341
Outras Receitas	-	-	-	-	6.286	5.753
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	(2.940)	4.643
Soma	14	13	125.914	124.269	43.240	45.021
TOTAL	51.501	50.414	317.827	317.218	194.580	195.889

- Receita de Construção e Custo de Construção**

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

Nota 1: Desde o ano de 2016, quatorze consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 Kv pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores. O valor demonstrado no quadro acima de 125.914 MWh refere-se ao consumo dos Consumidores Livres junto a outras Distribuidoras por eles contratados.

- Ativos e Passivos Regulatórios**

	2019	2018
CVA Ativa e Passiva		
- Em constituição	2.573	8.914
- Em Amortização	(5.513)	(4.271)
Total	(2.940)	4.643

Ativos e Passivos regulatórios – valores de Compensação da Variação dos Custos da Parcela “A” – CVA – Valores contabilizados em contrapartida com as contas citadas nos itens 5.8 e 5.22.

- Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido**

	2019	2018
Subsídios Baixa Renda	761	839
Subsídios s/descontos nas tarifas do Serviço Público/Rural	1.354	1.736
Subsídios Carga fonte incentivada – consumidor livre	4.919	3.766
Total	7.034	6.341

Subsídios tarifários – Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos consumidores do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluso subsídios de baixa renda, que são repassados pela Eletrobrás.

- Outras Receitas**

	2019	2018
Renda Prestação de Serviços – Compartilhamento de infraestrutura	2.732	2.068
Serviço Taxado	824	842
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	2.870	3.044
Ganhos na Alienação de bens e direitos	6	76
Arrecadação de convênios	202	168
Outros	196	55
(-) Tributos s/outras Receitas – PIS/Pasep/Cofins	(544)	(500)
Total	6.286	5.753

5.30. Deduções da Receita Operacional

- Encargos Setoriais - Encargos do consumidor**

	2019	2018
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	14.215	11.861
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE - ACR	4.411	7.049
Bandeiras tarifárias	(580)	4.512
Taxa de fiscalização	108	106
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	461	446
Programa de Eficiência Energética - PEE	461	446
Outros encargos	2	-
Total	19.078	24.420

- Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética**

	2019	2018
Programa de Eficiência Energética – PEE	370	356
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	92	89
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	184	178
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	184	178
Ministério de Minas e Energia - MME	92	89
Total	922	890

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE) são programas de investimentos em os quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentação nas Resoluções ANEEL nº 300/2008 e 316/2008.

- PROCEL**

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética. Segundo a Lei nº 13.280/2016, 20% (vinte por cento) dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto de 18 de julho de 1991. A Resolução Normativa nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Sub módulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL. Os valores foram provisionados no Passivo Circulante e aguardamos a aprovação do primeiro Plano de Aplicação de Recursos pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE, presidido pelo MME, para que possamos providenciar o recolhimento.

5.31. Custos com energia elétrica comprada para revenda

	Em MWh (valores não auditados)		em R\$ (mil)	
	2019	2018	2019	2018
Compra de Energia – Copel + Leilão	201.435	194.129	49.280	51.009
Encargos do Uso da Rede Elétrica			19.250	16.215
PROINFA			2.854	2.516
Bolha financeira – Resolução 243/06			-	-
Micro geração – baixa tensão	178	60	101	36
Crédito COFINS / PASEP/PIS			(6.613)	(6.454)
Total	201.613	194.189	64.872	63.322

5.32. Despesas Operacionais – Custos gerenciáveis

Naturezas	2019	2018
Pessoal	14.940	15.092
Administradores	1.642	1.579
Material	2.585	2.832
Serviço de terceiros	5.528	4.845
Arrendamento e alugueis	254	215
Seguros	114	104
Doações, contribuições e subvenções.	152	33
Provisões	224	165
(-) Recuperação de despesas	(130)	(134)
Tributos	86	21
Depreciação/Amortização	2.890	2.719
Custo com construção	4.721	6.223
Gastos diversos	817	647
	33.823	34.341

6. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2019, no valor de R\$ 963, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

7. Ajuste a Valor Presente

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazo de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta da desvalorização no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante efetua-se a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo.

8. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente as atividades de Distribuição, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o Município de Campo Largo e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

9. Eventos Subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras.

A Companhia analisou os impactos do COVID-19 em seus negócios em observância às normas contábeis aplicáveis, e para o exercício de 2019, concluiu que se refere a um evento subsequente que não origina ajustes.

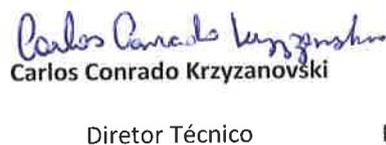
Considerando a situação atual da disseminação do surto e imprevisibilidade da evolução do mesmo, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Companhia ainda está exposta as flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, o que também causaria uma redução no investimento da Companhia.

A Administração da Companhia avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar estes impactos nas operações e nas demonstrações financeiras.



José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente



Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico



Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro



Nelson Chagas
Diretor Administrativo



Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2019, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 15 de maio de 2020.



José Carlos Noriller
Presidente



Marina Pusch
Marina Pusch de Oliveira
Conselheira



Adenilson Ribeiro Dos Santos
Conselheiro



Adinan Cardoso
Conselheiro



Leonir Batista Ferraz
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 15 de maio de 2020.



Moacir Thadeu Schneider
Presidente



Vera Lúcia Berton
Conselheira



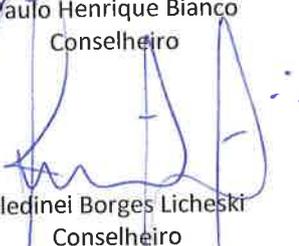
Rubens Beber
Conselheiro



Paulo Henrique Bianco
Conselheiro



Adão Natalino Da Silva Junior
Conselheiro



Fledinei Borges Licheski
Conselheiro



João Alceu Borges Tigrinho
Conselheiro



Rafael Alexandre Ohpis
Conselheiro



Anderson Citero
Conselheiro



André Luiz Alves
Conselheiro



Ronalde Lazarini
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Campolarguense de Energia - COCEL
Campo Largo - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Companhia) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente de causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

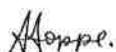
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



São Paulo (SP), 09 de abril de 2020.

TATICCA Auditores Independentes S.S
CRC 2 SP-032267/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC – 1SC020036/O-8-T-SP